



RESUMO

O movimento crescente e diverso por uma reflexão crítica sobre turismo de base comunitária no Brasil inspira o esforço da presente pesquisa, que se propõe a investigar como se desenvolve o turismo de base comunitária na Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, tendo como foco os discursos e os diálogos resultantes do I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde (2015) sobre um turismo que se tem e um turismo que se deseja para essa região. Nessa direção, a metodologia de pesquisa se baseia em análise bibliográfica e documental acerca do tema e em dados de observação sistemática de campo, no período de 2014 a 2015, com ênfase na interpretação qualitativa do fenômeno em investigação. Como resultado principal da pesquisa, sinaliza-se a importância do papel e da ação integrada entre sociedade civil e Estado para o planejamento e desenvolvimento da região por meio da proposta de turismo de base comunitária, de forma a equacionar as demandas locais e a fortalecer a luta pelo território tradicional e pela conservação do patrimônio natural e cultural.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Povos e Comunidades Tradicionais. Território. Costa Verde. Políticas Públicas.

ABSTRACT

In line with the growing and diverse critical debate on community-based tourism in Brazil, this paper aims to investigate the development of community-based tourism in the Costa Verde Region in the State of Rio de Janeiro. It focuses on the discourses and interactions resulting from the First Meeting on Based-Community Tourism in Costa Verde in 2015 about the tourism we have and the tourism we would like to have in this region. The methodology is based on bibliographical and documental research on the theme and data on systematic field observations (2014-2015) towards a qualitative interpretation of the phenomenon under analysis. The main findings point to the relevance of the role and the integrated action between civil society and the State for the planning and development of the region through the proposal of community-based tourism so as to meet the local demands and to strengthen the struggle for the traditional territory and the conservation of its natural and cultural heritage.

Keywords: Community-based tourism. Traditional peoples and communities. Territory. Costa Verde. Public policy.

RESUMEN

El creciente y diverso movimiento por una reflexión crítica sobre turismo de base comunitaria (TBC) en Brasil inspira el esfuerzo del presente estudio, que se propone investigar de que manera el turismo de base comunitaria se desarrolla en el Estado de Rio de Janeiro, teniendo como foco las hablas y los diálogos resultantes del I Encuentro de Turismo de Base Comunitaria de Costa Verde (2015). El reflejo propuesto será ilustrado por las voces de los actores sociales que participan de este fórum, identificándose las miradas locales sobre el turismo que se tiene y el turismo que se desea para la región de Costa Verde. En esta dirección, el método de pesquisa se basa en el análisis bibliográfico y documental sobre el tema y en datos de observación sistemática de campo, entre 2014 y 2015, con énfasis en la interpretación cualitativa del fenómeno en investigación. Como resultado mayor de la pesquisa, se señala la importancia del papel y acción integrada entre sociedad civil y Estado para el planeamiento y desarrollo de la región, de forma que se solucionen las demandas locales y se fortalezca la lucha por el territorio tradicional, político, cultural y ambiental, teniendo como herramienta la propuesta del TBC.

Palabras clave: Turismo de Base Comunitaria. Pueblos y Comunidades Tradicionales. Territorio. Costa Verde. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se insere no contexto de reflexões sobre o turismo de base comunitária (TBC) no Brasil, que tem sido representado por variadas iniciativas e experiências originadas na década de 1990 e marcadas pelo enfoque em processos sociais participativos e de conservação e valorização do patrimônio natural e cultural, visando beneficiar os agentes envolvidos em escala local e comunitária (MENDONÇA; MORAES, 2012). O TBC tem sido considerado assim, como uma estratégia de resistência para que populações, muitas delas classificadas como tradicionais (que vivem essencialmente de atividades produtivas em pequena escala), sejam protagonistas de seus modos de trabalho e de vida, independente do grau de influência gerado pelos padrões das sociedades urbanas industriais, na construção de um turismo com “selo próprio” (MALDONADO, 2009), ou na busca por “um outro turismo possível” (NEUHAUS; SILVA, 2006).

Observando o processo histórico das iniciativas de TBC no Brasil, pode-se entender que seu desenvolvimento partiu da necessidade de adaptação e sobrevivência de povos e comunidades tradicionais ao modo de vida da sociedade contemporânea e das relações sociais estabelecidas entre seus protagonistas (CORIOLANO, 2006, 2012). Assim, o Ministério do Turismo, ao apoiar 50 iniciativas de projetos de TBC, em 2008, apresentou como uma das justificativas a busca pelo “combate aos males” advindos da prática turística como especulação imobiliária e pressão sobre o espaço das populações tradicionais¹, degradação ambiental, alteração de valores e costumes tradicionais, e vazamento de renda. Essa ação de política pública se deu por meio do edital da chamada pública Mtur 001/2008 (BRASIL, 2008), o qual permitiu o apoio e o fomento de iniciativas existentes que visavam o desenvolvimento de atividades associadas ao TBC.

Segundo Mendonça e Moraes (2012), essas propostas são criadas também como modo de resistência ao modelo neoliberal e de megaprojetos turísticos que negligenciam as demandas reais de diversos grupos sociais vulneráveis. Essas experiências se tornaram um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, onde se destaca o protagonismo das comunidades locais, inserido na busca pelo turismo como estratégia de resistência e de luta pelo território e conservação do patrimônio natural e cultural. Por essa razão, essas autoras entendem que iniciativas diversas de TBC no Brasil podem representar um movimento político-social, que tem sua concepção e implementação, principalmente, em lugares com grande riqueza ecossistêmica, mas em situação de maior desigualdade socioeconômica.

No contexto da região turística denominada Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, essas reflexões têm se configurado ora de maneira convergente ao desenvolvimento da proposta de TBC, ora controversa a ela. Esse movimento tem se fortalecido, principalmente, por meio da realização de debates em fóruns abertos criados para promover a discussão entre o Estado e a sociedade civil sobre a prática do turismo nessa região. Nesse caso, destaca-se a realização do “I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde”, ocorrido entre os dias 23 e 25 de julho de 2015, no distrito de Tarituba da cidade de Paraty. Este foi organizado pela parceria entre as Prefeituras Municipais de Paraty, Angra dos Reis e sociedade civil, com o objetivo principal de refletir coletivamente sobre o atual modelo de turismo existente e as formas possíveis de articulação de uma nova proposta de saber e fazer turismo, que valorize o protagonismo comunitário nesse processo.

¹ Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Pela busca crescente e diversa de uma reflexão sobre o tema, do ponto de vista teórico e prático, este artigo objetiva, assim, investigar como o turismo de base comunitária vem se inserindo na Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, a partir dos discursos e dos olhares de populações, lideranças locais e gestores públicos sobre um turismo que se tem e um turismo que se deseja para essa região. Isso porque, historicamente, o segmento turismo de “sol e praia”, a prática do turismo de massa, a especulação imobiliária e a expulsão de grupos sociais de seu território de origem demarcam ainda o contexto econômico, social, ambiental e político dessa região.

A metodologia que orienta a presente reflexão no campo das Ciências Sociais se fundamentou em pesquisa bibliográfica e documental acerca do tema, além de pesquisa de campo que envolveu o ato de observar, fazer diário de campo, entrevistar e interpretar (BEAUD; WEBER, 2007) durante a realização das reuniões preparatórias do evento, iniciadas em dezembro de 2014, e do I Encontro de Turismo Comunitário na Costa Verde, ocorrido em julho de 2015. Nesse período de pesquisa de campo, as reuniões e o evento em si foram interpretados como um ritual, uma dramatização do cotidiano, no qual se “dizem coisas” e “revelam coisas” do mundo social local (DAMATTA, 1990; PEIRANO, 2003; COMERFORD, 2001). Dessa forma, nesses encontros ocorreram interações entre os vários atores sociais reunidos para pensar o turismo na Costa Verde, quando foram colocadas em evidência (*close up* como indica DAMATTA, 1990) questões diversas sobre a região permeadas pelo turismo. Esse foi um caminho adotado para detecção e registro dos discursos em gravações de áudio e imagem e em diário de campo, e em que foram selecionados como principais sujeitos da pesquisa as lideranças quilombolas, indígenas, caiçaras e pequenos produtores agroecológicos moradores da região e os interlocutores da gestão pública nas esferas municipal, estadual e federal.

Dessa forma, do conceito à prática do turismo de base comunitária, os discursos colocados em *close up* se materializaram em diversas visões sobre um “turismo que se tem e um turismo que se quer” para a região, que foram analisados a partir da adaptação da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1994), envolvendo a categorização dos trechos dos “diálogos temáticos” ocorridos durante o evento, com relação ao contexto do TBC em sua perspectiva presente (articulando o turismo de base comunitária com as questões de território, de práticas sustentáveis e de valorização dos modos de ser e fazer) e à projeção futura desejada (construindo caminhos possíveis para o fortalecimento do turismo de base comunitária na região, a partir da atuação em rede e de apoio em políticas públicas). Ressalta-se que a configuração dos diversos “diálogos temáticos” foi definida durante as reuniões preparatórias realizadas para compor a programação do evento, envolvendo representantes de comunidades de Angra dos Reis e Paraty e interlocutores das Prefeituras, Universidades e sociedade civil. Mas, a seleção das categorias de análise para atender aos interesses da questão da presente pesquisa surgiu durante o evento, a partir da interpretação dos depoimentos dos interlocutores participantes nos referidos diálogos.

Com base nesse recorte de pesquisa, o presente artigo está estruturado em três seções. O primeiro tópico buscou refletir sobre o contexto histórico de chegada do turismo na Região da Costa Verde e o processo de construção da proposta de turismo de base comunitária, considerando os seus aspectos teóricos e conceituais. O segundo tópico procurou descrever os diferentes discursos e visões dos sujeitos da pesquisa sobre um “turismo que se tem e um turismo que se quer” para a região. A conclusão dos argumentos trouxe questões-chave para se pensar, criticamente, na projeção de cenários para o desenvolvimento do turismo de base comunitária na Costa Verde.

Turismo de base comunitária no estado do Rio de Janeiro, com enfoque na Costa Verde

A Costa Verde constitui uma região turística localizada ao litoral sul do estado do Rio de Janeiro (que abrange os municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Itaguaí e Rio Claro) marcada por uma paisagem de mata verde, remanescente de Mata Atlântica e, de mar azul, representado pelo litoral de recortes sinuosos, mar calmo e abrigado, e ilhas. Conforme ressaltado por Luchiari (1997, 2001), tendo como referência o litoral norte paulista (contíguo ao litoral sul Fluminense), a região se caracteriza por um litoral de inúmeras praias, uma infinidade de baías, angras, sacos, enseadas, restingas, mangues, entre muitas ilhas. Essas características físico-geográficas, além das históricas, políticas e sociais, se estendem do litoral sul do estado do Rio de Janeiro ao litoral paulista.

Para além do cenário paisagístico de natureza preservada da Costa Verde, comunidades quilombolas, etnias indígenas e populações caiçaras fazem parte da história e produzem vida a essa região. Esses grupos sociais são organizados coletivamente por meio do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), criado em julho de 2007, com o tema orientador “Preservar é resistir, resistir é conservar, conservar é saber usar, saber usar é a arte das comunidades tradicionais”. Este se constitui em um espaço para o fortalecimento, a articulação e o encontro dos povos e comunidades tradicionais de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP), para a discussão sobre questões relacionadas ao território, turismo, educação, cultura, pesca, agroecologia, mercado solidário, entre outros (FCT, 2015), que influenciam o seu modo de vida e trabalho.

No que se refere ao turismo, o FCT o entende como uma estratégia de luta política e social em defesa do local herdado, conforme a afirmação que “Sem território não existe turismo de base comunitária. Pelo protagonismo e permanência das comunidades tradicionais em seu território”². A tônica da discussão sobre turismo no âmbito do FCT é articulada com a questão de território, pois desde os anos 1970 (principalmente com a construção da BR-101, trecho Rio-Santos), a chegada do turismo vem influenciando as transformações na região. Com isso, esses grupos passaram a sofrer com dois fenômenos latentes: a especulação imobiliária, combinando mercado imobiliário e turismo, e as políticas preservacionistas de criação de unidades de conservação, em sua essência da tipologia de proteção integral³, que passaram também a ser responsáveis pelo processo de marginalização ou mesmo de expulsão das populações caiçaras (LUCHIARI, 1997).

Mendonça (2010) considera que, na época, a transformação do litoral sul do estado do Rio de Janeiro em região turística foi incentivada por diversas iniciativas de políticas públicas, nas três esferas do poder público, e influenciou também a produção da região como destino turístico. A opção pelo turismo se justifica pelos ambientes litorâneos brasileiros serem alvos preferenciais de estratégias de comercialização de destinos turísticos. Nesse caso, as populações das zonas costeiras, muitas pesqueiras artesanais, são impactadas pelos efeitos gerados pelo turismo sobre o uso e a apropriação do espaço terrestre e aquático, como ressaltado por Mendonça, Moraes e Costa (2013).

Nessa direção, Diegues (2001) salienta que a grande potencialidade apresentada pelas regiões favoráveis ao desenvolvimento de diversas atividades econômicas, inclusive o turismo, resultam em relações

² Esta é a frase estampada nas camisetas dos representantes do FCT durante os eventos ligados ao tema.

³ A proteção da natureza é o principal objetivo dessas unidades, por isso as regras e normas são mais restritivas, permitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais, como recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, entre outras (BRASIL, 2000).

conflituosas causadas pela ocupação e uso do espaço e, principalmente, pelo modelo de desenvolvimento da atividade turística que, em geral, negligencia a participação das comunidades locais no processo de tomada de decisão. No entanto, é importante ressaltar que muitos desses espaços se constituem em locais herdados, nos quais as populações, muitas delas tradicionais, concretizam a sua produção econômica, os seus bens culturais, a formação familiar; e a construção de momentos de organização cultural, político-social, que são elementos específicos da identidade desse povo (MENDONÇA, 2004).

Alinhados a esses argumentos, os diversos contrastes sociais, culturais, econômicos e o modo de vida dos diferentes grupos sociais que repercutiram com a chegada do turismo na Costa Verde apresentam um contexto que demanda outro modelo de turismo para a região, construído a partir do incentivo ao desenvolvimento de iniciativas de turismo de base comunitária (TBC).

Sobre a base conceitual de TBC, é importante ressaltar os principais resultados alcançados pelo projeto de Iniciação Científica, intitulado “O estado da arte do turismo de base comunitária no litoral do estado do Rio de Janeiro: abordagem teórico-conceitual, político-organizacional e iniciativas”, que foi desenvolvido no período de agosto de 2012 a julho de 2014 pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Com base no relatório técnico dessa pesquisa, identificou-se a origem das primeiras iniciativas de TBC no Brasil na década de 1990, as quais foram desenvolvidas na Reserva Extrativista de Currallinho (RO) em 1997; na Pousada Aldeia dos Lagos (Silves, AM) em 1997; na Pousada Pedras Negras (RO) em 1997; na Pousada Uacari (RDS Mamirauá, AM) em 1998; na Prainha do Canto Verde (CE) em 1998 e na Acolhida da Colônia (SC) em 1999. Mas, a referida pesquisa revelou que, atualmente, já é possível identificar 206 iniciativas de TBC no Brasil, baseadas em pesquisa bibliográfica (MENDONÇA *et al.*, 2014).

Com relação às iniciativas de TBC no estado do Rio de Janeiro, estas foram identificadas, inicialmente, no âmbito da lista de projetos contemplados pela Chamada Pública MTur 001/2008 (BRASIL, 2008). Nesse contexto, foram contempladas oito iniciativas de projetos de TBC, localizadas, em sua maioria, na região da Costa Verde, a seguir: *Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural na região da Costa Verde* (Associação dos Moradores do Campinho); *Ecoturismo de Base Comunitária da Região da Trilha do Ouro* (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica – Sape); *O povo aventureiro: fortalecimento do turismo de base comunitária* (Comitê de Defesa da Ilha Grande – CODIG e UFRRJ); *Projeto Vila Solidária* (Ação Comunitária do Brasil); *Promoção do turismo de base comunitária em Paraty/RJ: capacitação em gestão sustentável e qualificação profissional em meios de hospedagem* (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica); *Reviver Paquetá* (Casa de Artes Paquetá); *Tecendo redes de turismo solidário* (Associação das Costureiras Autônomas do Morro do Cantagalo); *Turismo no Morrinho* (Morrinho) (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009). Das 50 iniciativas contempladas pelo referido Edital MTur, o estado do Rio de Janeiro foi a unidade federativa que mais se destacou em termos de números de propostas deferidas, abrangendo diferentes áreas espaciais: urbana, rural e litorânea, algumas delas habitadas por povos e comunidades tradicionais.

A pesquisa de Moraes (2014), realizada no âmbito do projeto de Iniciação Científica mencionado anteriormente, identificou mais seis iniciativas de projetos que se autodenominam TBC nessa perspectiva, localizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro: Favela Receptiva, a sede do projeto centrada nas comunidades de Vila Canoas e Vila da Pedra Bonita; *Grupo de Turismo Comunitário dos Tabajaras*, localizado no meio de Copacabana, a Ladeira dos Tabajaras e o Morro dos Cabritos; *Vale Encantado – Turismo Sustentável*, localizado no Alto da Boa Vista, em parceria com a organização francesa Abaquar/Paris; *É Comunitário*, que abrange o Sertão Metropolitano Carioca, na zona oeste do Rio de Janeiro, resultado

de uma parceria entre o Observatório de Favelas e a Rede de Empreendedores da Economia Criativa da região; *Cooperativa Manguezal*, que está localizada em Magé e trabalha por meio de uma organização comunitária composta por caranguejeiros e pescadores; *Brazilidade*, uma empresa de turismo de base comunitária na favela Santa Marta, em Botafogo.

Este levantamento de iniciativas de TBC no estado do Rio de Janeiro assinalou que esse fenômeno se originou em regiões de campo, nas quais vivem populações agrícolas, pesqueiras e extrativistas, muitas delas marcadas pela prática de atividades econômicas tradicionais e em pequena escala, como acontece na realidade da Costa Verde, mas que este se expandiu também para as cidades, por meio da organização de projetos comunitários de TBC em algumas favelas cariocas⁴.

Nesse contexto, a busca por uma perspectiva teórico-conceitual sobre TBC foi objeto de investigação de Vianna (2013), Lima (2014) e Santiago (2015), sendo conduzida com a técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1994) de teses, dissertações, artigos e livros, publicados no período de 2002 a 2014. Comparando as análises elaboradas pelas referidas autoras, foi possível balizar cinco eixos interpretativos sobre o tema: 1) Protagonismo político e participação comunitária no planejamento, organização e gestão do turismo; 2) Relação dialógica entre turistas e anfitriões e promoção de encontros e intercâmbios culturais; 3) Geração de benefícios econômicos, culturais e sociais diretos do turismo para a população local; 4) Valorização da cultura local e respeito às tradições e modos de vida; 5) Sustentabilidade social, cultural e ambiental.

Outros dois eixos temáticos significativos para nortear o debate sobre TBC foram identificados por Santiago (2015). Um deles se refere à resistência e à luta pelo direito à posse da terra, aos recursos e ao direito ao local herdado, o que exprime uma realidade comum aos territórios periféricos, onde as populações tradicionais se veem ameaçadas pelos processos de apropriação de território pelo capital hegemônico, inclusive pelo turismo. O outro eixo norteador se associa à ideia de “turismo situado” como condição *sine qua non* para sua existência. Essa perspectiva se baseia na noção de sítio como “um patrimônio coletivo vivo que tira sua consistência do espaço vivido pelos atores” (ZAOUAL, 2009, p. 63). Portanto, é possível entender que só se concebe uma experiência TBC se essa estiver vinculada aos “sítios simbólicos de pertencimento”, entidades imateriais e invisíveis, onde estão impregnados os comportamentos individuais e coletivos, e todas as manifestações materiais de uma região (ZAOUAL, 2009).

Assim, a partir dessa noção orientadora de TBC adotada neste artigo, é possível considerar que o seu entendimento implica na identificação e na análise de discursos e de ações sociais coletivas que buscam traduzir o protagonismo e a resistência dos atores sociais locais envolvidos, o intercâmbio cultural entre turistas e anfitriões, as relações econômicas produzidas localmente, e o encontro entre natureza e cultura de modo vinculado ao sentimento de pertencimento ao lugar vivido e visitado.

Contexto da prática do TBC: refletindo sobre discursos e olhares locais da Costa Verde

A compreensão da perspectiva local sobre o desenvolvimento de turismo de base comunitária, considerando os discursos e os olhares dos próprios moradores, lideranças locais e dos interlocutores estratégicos da gestão pública envolvidos foi a inspiração da pesquisa descrita no presente artigo, que teve como campo a organização e a realização do “I Encontro de Turismo de base comunitária da Costa Verde”,

⁴ Para se aprofundar na discussão, é importante pesquisar os resultados alcançados e desdobramentos do “I Congresso de Turismo Comunitário na Rocinha: desafios e oportunidades do turismo em favelas”, ocorrido entre 13 e 15 de abril de 2015, na Biblioteca Parque da Rocinha.

incentivado pela sociedade civil e liderado em parceria pela Secretaria Municipal de Turismo de Paraty e pela Fundação de Turismo de Angra dos Reis – TurisAngra, entre os dias 23 e 25 de julho, em Tarituba, Paraty. Considerou-se importante esse evento como arena de debate, pois, de acordo com a documentação técnica, o Encontro:

(...) se constituiu em uma ação de amadurecimento da sociedade diante do desafio que está colocado entre nosso padrão de desenvolvimento econômico hegemônico, a proteção da natureza e as relações socioculturais. Buscou-se assim, mobilizar, viabilizar e trazer para o evento o maior número possível de representações de diversos grupos sociais dos municípios de Angra dos Reis e Paraty, impactados de forma direta ou indireta pelo turismo (MENDONÇA *et al.*, 2015, p. 13).

Portanto, o evento representou um espaço estratégico para o intercâmbio e o compartilhamento de saberes e experiências entre os grupos sociais envolvidos e, sobretudo, por se fazer ouvir a voz dos sujeitos locais pelo poder público e promover um diálogo com seus interlocutores, representados, nesse caso, pelas Prefeituras Municipais de Angra dos Reis e de Paraty. Esse Encontro contou com cerca de 160 participantes entre pesquisadores; estudantes; moradores locais; representantes de associação de moradores, de barqueiros, de pescadores, de pequenos produtores agrícolas, e de secretarias municipais e do governo estadual, interlocutores de organizações não governamentais, de fundações, do movimento da economia solidária; empresários do *trade* turístico; e lideranças de grupos comunitários quilombolas, indígenas e caiçaras.

O conjunto de iniciativas de TBC participantes desse Encontro ilustrou o que Mendonça e Moraes (2012) salientam sobre o surgimento de grande parte dos projetos de turismo de base comunitária no Brasil ocorrer em lugares com grande riqueza ecossistêmica, onde grupos sociais possuem perfil de baixo capital econômico e cultural⁵, além de viverem economicamente, essencialmente, de atividades produtivas tradicionais. Nesse caso, são grupos que perceberam o potencial do lugar em que moram como destino turístico e decidiram participar de forma mais efetiva no planejamento, da implementação e da gestão do turismo.

Sendo assim, a partir da pesquisa de campo no referido evento será refletido, a seguir, os resultados alcançados e a análise do conteúdo dos “diálogos temáticos”, que permitiram articular o turismo de base comunitária com as questões de território, de práticas sustentáveis e de valorização dos modos de ser e fazer, além de construir caminhos possíveis para o fortalecimento do turismo de base comunitária na região, a partir da atuação em rede e do apoio em políticas públicas.

A dinâmica de discussão desenvolvida no âmbito dos “diálogos temáticos” consistiu em rodas de conversa e debates sobre TBC, por meio da fala da experiência comunitária, da prática da gestão pública, da sociedade civil e de pesquisas acadêmicas, que buscou a integração entre os participantes e a facilitação da participação de todos para se alcançar como resultado final um produto construído coletivamente. Por essa via de análise e interpretação, no “Diálogo 1 – O território” algumas comunidades locais envolvidas, e diretamente impactadas pelo turismo testemunharam as transformações locais, por meio de relatos de experiências sobre os processos de ocupação do território, no tempo passado e presente. Sendo assim, os discursos pautados no Diálogo 1 problematizaram o tema em foco, argumentando que a categoria território representa um elemento-chave para tratar sobre TBC na Costa Verde. A importância desse debate para as comunidades tradicionais que vivem na região, segundo o interlocutor do Fórum de Comuni-

⁵ Baixo capital cultural, aqui, significa do ponto de vista dos conhecimentos exigidos pelo mercado, referentes às qualificações técnicas e operacionais para atuar no setor.

dades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT), se relacionou, principalmente, ao movimento de resistência e fortalecimento da cultura local, entendendo que *“falar de território é também falar de luta e cultura”*. Isso porque, com a abertura da BR-101, Rodovia Rio-Santos, a terra passou a ser vista como mercadoria pela crescente especulação imobiliária, consequentemente, gerando ameaça e risco de expulsão dos moradores de seu lugar de origem. Esse processo se intensificou, na década de 1980, devido à criação de unidades de conservação e à instalação de empreendimentos turísticos e de lazer por toda a Costa Verde.

Dessa forma, o diálogo sobre território implicou na contextualização dos conflitos e tensões vividos pelas comunidades tradicionais em decorrência da valorização do “paraíso” e da criação de unidades de conservação, que instituiu regras e limitações de uso e acesso aos recursos naturais e de ocupação do espaço.

Mas o diálogo sobre território evocou também o problema da política governamental de incentivo à criação de parcerias público-privadas (PPP), que vem tentando se instalar na gestão das unidades de conservação da região, a exemplo do Parque Estadual da Ilha Grande (Angra dos Reis). Nesse sentido, sob a visão do interlocutor do FCT, a criação de PPP significa privatização de floresta, o que ilustra o projeto que está “privatizando” a Ilha Grande. Essa tem sido uma situação preocupante, conforme colocou que *“o movimento precisa lutar contra esses projetos, pois se estes se concretizarem será difícil a implantação de um turismo de base comunitária na Costa Verde”*. Ele afirmou também que o TBC precisa ser privilegiado e apoiado pelo Estado nos territórios de comunidades tradicionais, *“assegurando a estes o protagonismo na organização e prestação de serviços turísticos”*.

Nessa perspectiva, o representante de São Gonçalo (Paraty) expôs a situação de sua comunidade, em que continuam resistindo três famílias das 167 famílias existentes no passado. Foi presenciada a dizimação de uma cultura pelo conflito instaurado pela empresa S/A White Martins⁶. Ele citou também as restrições de uso do território e seus recursos pelos locais, impostas pelos órgãos gestores de unidades de conservação. Esse caso ilustrou a força da especulação imobiliária na região e do modelo preservacionista de política ambiental instalada. Mas, mesmo assim, o *“TBC pode ser compreendido como uma estratégia de resistência, fortalecimento e reconhecimento dos direitos das comunidades ao seu território de origem”*, segundo um morador local.

Nesse sentido, o interlocutor do Museu do Território de Paraty enfatizou que

pensar em território com interface no TBC implica em questões de disputa por espaço físico e simbólico, de processo de luta por poder, de conflitos e tensões decorrentes de expulsão de moradores e grilagem de terras, e das contradições da política pública de proteção da natureza (como a criação de unidades de conservação de proteção integral).

Por sua vez, foi sinalizado que os conflitos e tensões por terra na região têm gerado um processo de desterritorialização, que se caracteriza pela quebra ou mudança de vínculos e laços da comunidade local com o espaço. Por essa razão, reconheceu-se a importância de se discutir sobre a reafirmação das identidades e do sentimento de pertencimento ao território dos povos e comunidades tradicionais.

⁶ Em São Gonçalo, a comunidade caiçara e agricultores tiveram suas terras griladas pela empresa S/A White Martins. A população foi ameaçada de despejo pela empresa, que contou com a colaboração do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) (SILVA, 2014, apud MONTEIRO, 2015).

A partir da contextualização da situação atual do território da Costa Verde, o “Diálogo 2 – O Turismo” procurou introduzir e problematizar conceitos e práticas identificados no setor turístico, destacando a atuação do TBC nesse universo. Isso porque o turismo tem sido, historicamente, considerado uma atividade econômica associada ao lazer e consumo, permeado por práticas de mercado como: padronização de produtos e exploração de recursos naturais e culturais. Inserida nessa lógica, a região da Costa Verde, vem sendo apresentada ao Brasil e ao mundo como um destino de “sol e praia”, apesar de se ter a cidade de Paraty, que é reconhecida nacional e internacionalmente pela importância do seu patrimônio histórico e cultural, sendo também de elevada atratividade turística.

Refletindo criticamente sobre o contexto turístico da Costa Verde, a interlocutora do Quilombo Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis) salientou que o “turismo de massa” é praticado em sua comunidade, beneficiando somente uma família que possui um empreendimento que oferta serviços de alimentação aos visitantes. Em seu discurso, destacaram-se alguns efeitos negativos do turismo no lugar: a quantidade de lixo deixada pelos visitantes na cachoeira Santa Rita, a especulação imobiliária e exemplifica: “*O turista chega à comunidade, encantado pela natureza, seja ela caiçara, indígena ou quilombola e acaba por seduzir alguns moradores a vender suas propriedades*”. Na contramão do turismo de massa, segundo a interlocutora, no Quilombo Santa Rita do Bracuí, se propõe também “*um tipo de turismo baseado na gestão comunitária e na valorização dos saberes locais*”, que tem sido desenvolvido da seguinte forma:

No início da visita, é feita a recepção aos visitantes e um griô da comunidade conta a história do Quilombo. É servido um café da manhã com ingredientes produzidos no próprio quilombo. Há oficinas de jongo e o almoço é feito no fogão a lenha. É oferecida também uma trilha aos turistas, e no caminho é mostrada a história e o uso de algumas plantas da região. Esse turismo que é desenvolvido na comunidade é diferente do turismo de molde capitalista. Esse turismo capitalista não é o que as comunidades querem e também não é o turismo que os turistas querem ver. Não há turismo de base comunitária se não houver o fortalecimento da identidade cultural da comunidade.

Sobre a questão de valorização da cultura tradicional de modo associado ao turismo, o interlocutor do Sítio Agroflorestal São José (Paraty) ressaltou também que as comunidades da região que viviam essencialmente da atividade agrícola e pesqueira estão tendo dificuldades para manter as suas atividades tradicionais, pois com a criação de unidades de conservação da categoria de manejo parque nacional, como acontece no caso do Parque Nacional da Bocaina, a população local foi impedida legalmente de fazer uso direto dos recursos naturais. Segundo um morador local, essa situação tem impulsionado a saída dos jovens de seu lugar de origem para os centros urbanos, o que fragiliza e desvaloriza a cultura local. Sendo assim, o turismo passou a ser visto como uma forma alternativa para a geração de trabalho e renda para as comunidades locais. Para ilustrar, em 1997, houve a iniciativa de desenvolvimento do “turismo rural” pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), apoiado pelo governo, para a formação dos filhos dos agricultores em monitores de turismo, em vez de se investir na criação de roteiros em suas propriedades rurais. Mas, ainda assim, o interlocutor local questionou para quem são os reais benefícios gerados pelo turismo:

Quando se fala de turismo, uma pergunta norteadora é: como proceder com as comunidades que ainda não sabem o que é turismo, que já foram invadidas por pessoas que se dizem turistas, levados por pessoas que se dizem guias de turismo e que estão como intermediários entre o receptivo e os turistas? Os turistas estrangeiros que visitam a região de Paraty retornam para seus lares frustrados. Segundo eles, os mesmos não viram o que eles acreditam existir na região. Nem todos os estrangeiros que visitam a localidade querem se hospedar em hotéis de luxo ou passear em iates confortáveis. Não há interesse dos órgãos que fomentam o turismo da região em divulgar as comunidades tradicionais. Existem sim, predadores que querem depredar a região usando as pessoas, sem deixar nenhum resultado econômico para estas comunidades que vivem no entorno onde estão as cachoeiras e praias.

Sendo assim, observou-se que, na Costa Verde, muitas atividades produtivas tradicionais são desvalorizadas e desarticuladas, como a agricultura de subsistência e a pesca artesanal, assim como as ligadas à extração dos recursos florestais, impulsionando a substituição dessas atividades pelas ligadas ao turismo. Isso reforçou o que Mendonça, Moraes e Costa (2013) concluíram sobre a força de um discurso e de uma prática hegemônica e civilizatória, que tendem a impulsionar o turismo como uma possibilidade de substituição de atividades tradicionais. Sendo esse um discurso civilizatório que leva ao que Mendonça (2010) denomina de “turismização” dos lugares, um processo de interiorização das diferentes facetas do turismo pelos grupos e pessoas, que influencia fortemente as relações e o modo de vida de um determinado lugar.

Desse modo, as lideranças comunitárias locais ainda consideram o turismo como uma ameaça. Em um movimento de resistência aos efeitos negativos do desenvolvimento do turismo, o “Diálogo 3 – Práticas sustentáveis e valorização dos modos de ser e fazer” provocou algumas reflexões: Como organizar a atividade turística de forma que seja sustentável e efetivamente contribua para a melhoria e qualidade de vida dos moradores dos destinos receptivos? Como a base comunitária pode se relacionar com o turismo de massa? De que forma se fortalece a comunidade local para que ela possa ser a empreendedora das atividades econômicas em seu território?

Em busca de caminhos possíveis no sentido do protagonismo comunitário no turismo, a interlocutora da Comunidade Caiçara da Praia do Aventureiro (Ilha Grande, Angra dos Reis) rememorou a história de luta pelo território do Povo do Aventureiro, que vivia no interior da Reserva Biológica Praia do Sul, que foi instituída em 1981 sem levar em conta a existência de uma população tradicional naquela área. Segundo a legislação ambiental aplicada, na Reserva Biológica os moradores não poderiam continuar realizando suas práticas tradicionais de plantio, pesca, artesanato, trilhas e outras atividades de seus costumes, etc. O Povo do Aventureiro passou a viver uma situação de ilegalidade em seu próprio território, inclusive proibidos de trabalhar com turismo, a única alternativa econômica que lhe restou.

A iniciativa do projeto de Extensão “Povo do Aventureiro: fortalecimento do turismo de base comunitária (2008-2010)”, coordenado pela UFRRJ foi direcionado para a capacitação em diversas áreas relacionadas ao TBC, contribuindo para a organização e o fortalecimento comunitário da Associação de Moradores do Aventureiro (Amav) na luta pelo direito do seu território e pela valorização de sua cultura. Durante os dois anos de desenvolvimento do projeto (2008-2010), a comunidade se articulou, se fortaleceu e conseguiu fazer valer seu direito de permanência no território por meio da recategorização da área. Como resultado, em 2014, foi criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro, permitindo aos moradores a liberdade para as suas práticas culturais e produtivas. Dessa maneira, a história de resistência e luta por gerações de núcleos familiares pelo território e cultura tradicional pode ser um dos elementos valorizados para a atratividade do local.

Por sua vez, a interlocutora da Comunidade Caiçara da Praia do Sono (Paraty) refletiu que o TBC representa um desafio para a sua comunidade, pois, devido à elevada demanda turística, os moradores não têm mais tempo de exercer práticas que eram comuns desde sua origem. Para que as práticas culturais sejam fortalecidas seriam necessárias políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais, a exemplo de uma educação diferenciada, uma vez que *“se a comunidade for considerada apenas mão de obra e não protagonista da atividade, não está acontecendo o turismo de base comunitária”*. Essa iniciativa de educação diferenciada foi demandada recorrentemente nos discursos de diversas lideranças e representantes da população local participantes no evento. Sendo assim, o fortalecimento e a valorização dos modos culturais de ser e fazer para as ações dirigidas ao turismo foram também associados à atual ten-

dência de criação de escolas com formação de uma educação diferenciada dentro do território, conforme a experiência em curso no Quilombo do Bracuí.

Outro elemento identificado na pesquisa se relacionou ao que o interlocutor da Aldeia Guarani Sapukai (Angra dos Reis) destacou sobre a sua comunidade que sofre com a dependência do turismo, do ponto de vista da complementariedade econômica, e que o artesanato representa a principal forma de trabalho e geração de renda, além dos benefícios sociais como o Bolsa Família. No entanto, destacou que essa situação gera vulnerabilidade à sobrevivência da sua etnia indígena. Dessa forma, a carência de apoio do poder público foi vista como o maior obstáculo para o fortalecimento das iniciativas de TBC. O que implica, nesse caso, a necessidade de regulamentação do turismo em terras indígenas, de fomento à comercialização do artesanato e de apoio à defesa dos direitos dos povos indígenas assegurados na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada em 1989.

Mas apesar dos elementos relatados, o diálogo sobre “práticas sustentáveis e modos de ser e fazer” teve interface com TBC, uma vez que, em tese, debater sobre uma prática sustentável pressupõe-se pensar o uso de recursos naturais renováveis e de tecnologias de baixo impacto. Nesse sentido, considerou-se, de modo geral, que as bases do tripé da sustentabilidade são fundamentadas na economia (lucro), nas pessoas (capital humano) e no ambiente (capital natural). Com base nesse pressuposto, foi possível entender o TBC como uma prática sustentável por se caracterizar como uma atividade de baixo impacto e de produção em pequena escala, com base nos recursos endógenos e nos saberes tradicionais.

Assim, o contexto de desenvolvimento do TBC na Costa Verde pelos discursos analisados (colocados em *close up*) indicaram algumas visões convergentes com relação, sobretudo, à pressão do mercado turístico convencional e às estratégias políticas dos movimentos da comunidade quilombola, dos povos indígenas, da população caiçara e dos agricultores familiares para a defesa e a garantia de preservação de seus territórios ancestrais. Contudo, quando considerada a complexidade envolvida no processo de construção coletiva e as particularidades de cada iniciativa, observou-se que simplesmente investimentos em formação e capacitação profissional e aporte financeiro seriam insuficientes para o desenvolvimento do TBC na região.

Posto isso, alguns dos principais desafios a serem superados nesse sentido foram interpretados no “Diálogo 4 – Redes e formas de gestão”, que promoveu o compartilhamento de experiências de grupos de atuação colaborativa no modo de organização coletiva do turismo na Costa Verde e em outras realidades brasileiras, envolvendo representantes de organizações da sociedade civil e da gestão pública. Segundo a interlocutora do Projeto Bagagem⁷, o processo de articulação em rede no turismo comunitário tem se constituído em um mecanismo que tem possibilitado conquistar avanços no sentido de se estabelecer um marco legal para o TBC no Brasil, bem como em outros países pioneiros da América Latina. Essa estratégia tem permitido uma pressão maior sobre o poder público para o desenho de políticas públicas adequadas, para o exercício dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e para aumentar o poder de negociação no mercado turístico.

O movimento em rede se constitui uma estratégia política comunitária que possibilita situar o TBC em um contexto social e político mais amplo, como exemplificado pela Rede de Turismo Comunitário da

⁷ Organização sem fins lucrativos cuja missão é contribuir para o desenvolvimento de comunidades no Brasil por meio do turismo e a visão é tornar o Brasil um país referência em turismo de base comunitária. Promove a experimentação de tecnologias sociais para o desenvolvimento sustentável de comunidades.

América Latina (Redturs), Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol) e Rede Cearense de Turismo Comunitário (Tucum). No que concerne aos princípios de gestão dessas redes, as iniciativas de TBC têm sido influenciadas por premissas associadas à gestão e inovação social, ao cooperativismo, ao associativismo e à economia solidária.

Com relação à experiência do Roteiro Étnico Cultural de Base Comunitária do Quilombo do Campinho (Paraty), a interlocutora da Associação de Moradores do Campinho (Amoc) mencionou que a comunidade tem sido alvo de estudos por parte de diversas universidades, visitas turísticas e pedagógicas, pelo seu diferencial no reconhecimento e valorização da identidade cultural. A visita envolve o Espaço de Artesanato e o Restaurante Comunitário, onde são servidos pratos da culinária típica do Quilombo. Na visão da moradora local sobre o turismo no Quilombo, *“a administração das atividades é feita a partir de uma gestão coletiva, dentro dos princípios da economia solidária, na qual o lucro total é repartido de forma igualitária entre todos os membros da equipe”*. Contudo, ressaltou-se que o Quilombo do Campinho ainda não foi incluído na listagem oficial de pontos turísticos da cidade de Paraty.

No plano nacional, a interlocutora da Rede Cearense de Turismo Comunitário (Tucum)⁸ contribuiu com o compartilhamento da experiência dos processos organizativos de articulação de projetos de TBC que atuam na zona costeira cearense, enfatizando que:

o processo de desenvolvimento do turismo comunitário deve buscar a estruturação de um modo de organização democrática, o fortalecimento dos atores envolvidos na atividade, a qualificação profissional, a discussão teórica sobre o assunto, o trabalho em rede, a construção e visibilidade do destino, a participação direta dos sujeitos do TBC, a divulgação do diálogo entre os agentes envolvidos (Poder Público x Comunidade) e a integração em equipe.

Por essa razão, ao assumir o protagonismo da atividade, os membros da Rede Tucum escolheram um modelo de turismo que se baseava nas práticas sustentáveis cotidianas e na troca de experiências. Porém, para apoiar esse processo de construção e de fortalecimento do TBC, as ações governamentais são ainda incipientes, até mesmo com relação à criação de políticas públicas de TBC. No Brasil, foi somente em 2008 que o Ministério do Turismo passou a promover iniciativas ligadas ao tema, lançando o Edital 01/2008 supracitado. Apesar de ter sido uma ação pontual, o Governo Federal contribuiu para o reconhecimento e fortalecimento do TBC. Nas esferas estadual e municipal, ainda não foram criadas políticas direcionadas ao TBC.

Com esse intento e articulando o que teve relevo no debate anterior sobre o papel do poder público, o “Diálogo 5 – Políticas Públicas” permitiu conhecer as iniciativas e os programas de instituições públicas que desenvolvem ações e intervenções em interface com o TBC na região, delineando caminhos possíveis para o enfrentamento das dificuldades pelas comunidades locais no acesso às políticas públicas.

O interlocutor do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (Fiocruz)⁹ mencionou que é preciso zelar pela saúde do território, onde os grupos sociais devem ser questionados sobre qual tipo de turismo desejam. Pois, *“sem saúde não há turismo de base comunitária”*. Além disso, argumentou que as políticas públicas devem ser instauradas de forma concreta. Nesse sentido, a criação de uma Se-

8 Constitui-se em uma rede informal que não tem o papel de comercialização do turismo comunitário. Sua agenda inclui ações para o fortalecimento dos grupos fragilizados; a busca pelo acesso às políticas públicas; a promoção de cursos de formação; a valorização dos eventos culturais locais; a ação de mobilização ambiental; e intercâmbio de experiência com outras redes.

9 Fruto da parceria entre Fiocruz, Funasa e Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT), o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) é um espaço tecnopolítico para o desenvolvimento de soluções alternativas e estratégias regionais relacionadas ao território, à cultura, às atividades tradicionais, à saúde e à qualidade de vida das comunidades tradicionais que vivem na região abrangente da Serra da Bocaina.

cretaria de TBC foi recomendada pelo interlocutor do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/Nides/UFRJ)¹⁰, atentando à tomada de consciência sobre a especificidade de cada grupo cultural e à importância de apropriação dos seus direitos. O significado de TBC foi também visto como uma prática de sustentabilidade, conforme o interlocutor do Mosaico Bocaina de Áreas Protegidas (ICMbio)¹¹. Para isso, esse interlocutor institucional ressaltou que o Mosaico oferece espaços de participação, por meio de fóruns e conselhos, em que as comunidades moradoras no interior ou entorno das unidades de conservação podem construir com os órgãos gestores soluções para os problemas e conflitos vivenciados em sua região de inserção.

Portanto, observou-se que as políticas públicas de TBC devem estar alicerçadas a outras garantias, como: educação diferenciada com a valorização da história local; garantia do território; política cultural; política de transportes; melhor ordenamento dos espaços e articulação das comunidades locais. Também com base na análise realizada, indicou-se a importância de uma ação integrada entre sociedade e Estado, a partir da articulação em rede, para o desenvolvimento do TBC desejado pelas populações e lideranças dos quilombolas, indígenas, caiçaras e agricultores familiares que vivem na região da Costa Verde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “Encontro de Turismo de Base Comunitária na Costa Verde” representou uma ação inovadora e um marco histórico para a região e o estado do Rio de Janeiro, no que se refere a uma discussão coletiva sobre turismo com expressão em termos de conteúdo sobre TBC. Para a presente pesquisa, esse evento foi tratado como um ritual que se traduziu em seus procedimentos e discursos que muito se revelou sobre um turismo que se tem (poder externo, especulação imobiliária, grilagem de terra, de pressões sobre os nativos e a consequente ameaça de expulsão, de invisibilidade de grupos no mapa local, de patrimonialização da natureza, de desvalorização das práticas culturais e econômicas produtivas tradicionais) e um turismo que se quer (protagonismo, valorização dos saberes locais, fortalecimento da identidade cultural, manutenção no lugar herdado, possibilidade de alternativa econômica, valorização das atividades produtivas tradicionais e de pequena escala, orientados pela economia solidária, estratégia de resistência e reconhecimento de direitos em territórios saudáveis).

A partir da análise de conteúdo dos discursos dos sujeitos da pesquisa, alguns eixos das perspectivas teórico-conceituais se destacaram como norteadores do modelo de turismo que se quer para a região, como: a garantia do protagonismo e da participação comunitária em todo processo de desenvolvimento do turismo; o direcionamento dos benefícios econômicos e sociais gerados pelo turismo para a comunidade local; a prática do TBC com base na valorização cultural e no respeito às tradições e modos de vida; a busca pela sustentabilidade econômica, social e ambiental. Assim, foi possível reforçar que as práticas de TBC têm se desenvolvido de forma vinculada à luta pelo direito à posse da terra, aos recursos e à experiência do encontro em seus sítios simbólicos de pertencimento.

10 Programa interdisciplinar de extensão, pesquisa e formação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que desenvolve projetos em rede com abordagem territorial e participativa, nos campos da Tecnologia Social e da Economia Solidária, visando à construção de políticas públicas para a equidade social e o equilíbrio ambiental.

11 O Mosaico Bocaina de Áreas Protegidas é uma política pública ambiental que integra o conjunto de unidades de conservação e áreas protegidas localizadas em todos os municípios da região da Costa Verde e busca promover a gestão integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

Dessa forma, os discursos derivados dos “diálogos temáticos” proporcionaram traçar alguns pressupostos para se pensar o TBC, em um futuro próximo para a região, tais como:

- a garantia de um território livre para a permanência e o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, assim como a valorização da história, dos modos de vida e das manifestações culturais são condições fundamentais para qualquer política de TBC;
- o papel integrado entre sociedade civil e Estado é fundamental para o planejamento e desenvolvimento do território turístico de forma a equacionar as demandas locais que ultrapassam a visão hegemônica do capital do modelo de turismo vigente;
- o protagonismo das comunidades, antes esquecidas, que seja capaz de oferecer uma nova experiência turística aos visitantes, em um território ambiental e culturalmente diverso e rico.

Em uma perspectiva de continuidade do processo de discussão sobre o tema, sinalizou-se a formação de um comitê informal como estratégia de promoção de novos encontros entre os atores sociais envolvidos e a articulação de alianças, além de se buscar transpor esse debate para a agenda da gestão pública municipal. Esse caminho foi influenciado pela representante da Rede Tucum, que ressaltou a necessidade de trabalho em rede e de diálogo entre agentes público, privado e comunidades como fatores determinantes para pensar o TBC.

Outro resultado importante identificado foi o incentivo e a articulação para que um representante da Secretaria de Turismo de Paraty e um grupo do FCT participassem, posteriormente, do “II Encontro Nacional da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol)”, de 12 a 14 de agosto de 2015, em Brasília. Esse movimento impulsionou ainda o FCT a elaborar um *folder* com um mapa identificando as iniciativas de TBC ligadas ao Fórum: Povos Indígenas (*Aldeia Boa Vista, SP; Aldeia Araponga, RJ; Aldeia Itaxim de Paraty Mirim, RJ; Aldeia Sapukai, RJ*), Comunidades Quilombolas (*Quilombo da Fazenda, SP; Quilombo do Camburi, SP; Quilombo do Campinho, RJ; Quilombo Santa Rita do Bracuí, RJ*) e Vilas Caiçaras (*Barra Seca, SP; Trindade, RJ; Sono, RJ; Martim Sá, RJ; Pouso da Cajaíba, RJ; Praia Grande da Cajaíba, RJ; Aventureiro, RJ*).

Dessa forma, foi possível incluir esses lugares na lista de iniciativas de TBC do estado do Rio de Janeiro, que foi apresentada na primeira seção deste artigo, fortalecendo a relevância desse movimento na Costa Verde. Concluiu-se, assim, que o TBC se traduz na presente reflexão como uma estratégia de poder e luta, tendo como bandeira comum o território. Um TBC que significa incluir no mapa do estado (seja esse turístico ou territorial) os grupos sociais “invisíveis” do ponto de vista político e institucional. Um TBC que permite aos grupos sociais a reivindicação do seu protagonismo no processo e a negação da relação com eles meramente como produto e/ou coadjuvantes. À vista disso, a presente pesquisa e suas inferências reforçaram a afirmativa de Mendonça e Moraes (2012) sobre a possível compreensão do fenômeno de TBC no Brasil como um movimento político-social em permanente construção.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1994.
- BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BEAUD, S.; WEBER, F. *Guia para pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BRASIL. 2008. Edital de chamada pública de Projetos MTur/n. 001/2008 – seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_projetos/Edital_Chamada_Pxblica_de_Projetos_0012008.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2008.
- BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2007.
- BRASIL. Lei n. 9.985, de 18/07/2000. 4. ed. Brasília: MMA/SBF, 2000.
- COMERFORD, J. Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas. In: PEIRANO, M. O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 149-170.
- CORIOLOANO, L. N. *Turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo: Annablume, 2006.
- CORIOLOANO, L.; VASCONCELOS, F. *Turismo, território e conflitos imobiliários*. Fortaleza: Eduece, 2012.
- DA MATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.
- DIEGUES, A. C. S. *Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras*. 2. ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Costeiras, USP, 2001.
- FÓRUM COMUNIDADES TRADICIONAIS – FCT. Disponível em: <<http://www.preservareresistir.org/>>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- LIMA, P. I. F. L. *Afinal, o que significa turismo de base comunitária ou turismo comunitário? A busca por uma perspectiva conceitual*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2014.
- LUCHIARI, M. T. D. P. *Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista*. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo. Modernidade. Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 136-154.
- _____. *Turismo, natureza e cultura caiçara*. In: SERRANO, C. M. de T., BRUHNS, H. T. (Org.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. 5. ed. Campinas: Papirus: 2001. p. 59-85.
- MALDONADO, C., 2009. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* – Rio de Janeiro, Letra e Imagem, p. 25-44.
- MENDONÇA, T. C. de M. *Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não Secou?* Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

_____. Que paraíso é esse? A turismização da Ilha Grande. 2010. 341f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

MENDONÇA, T. C. M. et al. Relatório do I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde. Nova Iguaçu: UFRRJ/NEPET, Agosto, 2015. 102 p.

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. de. Reflexões emergentes sobre turismo de base comunitária, à luz da experiência no “Paraíso Proibido”: Vila do Aventureiro, Ilha Grande, Brasil. *Journal of Tourism and Development*, 4, 2012, 1169-1183.

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. de; COSTA, M. A. M. Turismo e pesca nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Verde (CE): possibilidades e limites de complementaridade. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 372-390, dez. 2013.

MENDONÇA, T. C. de M. et al. Relatório Final do Projeto: o estado da arte do turismo de base comunitária no litoral do estado do Rio de Janeiro: abordagem teórico-conceitual, político-organizacional e iniciativas em curso (Período: Agosto/2013 – Julho/2014). UFRRJ: agosto, 2014. 86p.

MONTEIRO, T. L. Ação política e afirmação territorial: turismo de base comunitária entre os caiçaras de São Gonçalo, Paraty, Rio de Janeiro, Espaço e Economia [On-line], 7 | 2015.

MORAES, P. V. de M. de. Mapeamento das iniciativas de turismo de base comunitária no estado do Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014. 87 p.

NEUHAUS, E.; SILVA, J. S. da (Org.). Um outro turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico. Fortaleza, 2006.

PEIRANO, M. A teoria vivida e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. Rituais ontem e hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANTIAGO, M. C. de S. Turismo de base comunitária: perspectivas teórico-conceituais presentes no livro “Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Turismo). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015. 95 p.

VIANA, A. M. Perspectivas teórico-conceituais sobre o turismo de base comunitária e participação como foco de análise. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2013, 74 p.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais transições? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 55-75.